



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ATA N.º 25

----- Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena**-----

----- **José Gonçalo Garradas Valente**-----

----- **António José dos Santos Gomes**-----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves**-----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives**-----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

----- A reunião foi secretariada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador, por ausência justificada da Dra. Maria de Lourdes Soares.-----

### ----- **ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

----- Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### ----- **PRESIDÊNCIA** -----

----- Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2017-----

----- Mapa de Pessoal para o Ano de 2017 -----

----- Proposta de Ampliação do Cemitério Municipal -----

### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

### ----- **PRESIDÊNCIA** -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2017-

-----DOC.012516

-----Foi presente para apreciação o documento referido em epígrafe. -----

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes para colocar uma questão prévia referente ao documento em apreciação remetido para audição aos partidos em que constava uma verba de dois milhões e oitocentos mil euros respeitantes ainda à execução do presente ano, no entanto, nos documentos enviados, verificava que os valores encontrar-se-iam totalmente expurgados, questionando se esse valor seria apenas para o ano de 2017. -----

-----O Presidente solicitou a intervenção da Dra. Maria de Jesus Mendes, esclarecendo entretanto que se estava perante documentos “dinâmicos” que a cada dia sofriam modificações e alterações ressaltando que aquilo que importava era que a estrutura base seguisse sempre a mesma filosofia. A referida técnica elucidou que sempre que se carregam os dados para o Orçamento a própria aplicação automaticamente absorve ou inclui as verbas que se encontram em dívida, quanto aos dois milhões e oitocentos mil euros, terá sido a previsão que se conseguiu fazer no respeitante às despesas correspondentes a remunerações certas e permanentes, como seria o caso dos vencimentos de outubro, novembro e dezembro, da Caixa Geral de Aposentações relativa aos mesmos meses, o mesmo com a Segurança Social, a previsão de faturação de pagamento de águas e resíduos, o programa POC, os contratos programa, prestações de empréstimos, em suma as despesas mensais que a Câmara paga, não constando no entanto, do referido valor, os seguros que também são pagos todos os meses, sendo no entanto valores pequenos sobre os quais que não se conseguem fazer previsões. Mais aludiu que acabariam por constar também alguns valores que, a serem pagos no ano 2017, quando carregado o orçamento estes não apareciam, no entanto, todos os compromissos e faturas que são lançadas, quando chega o dia dois de janeiro, as mesmas transitam de ano, logo, precisam ter enquadramento e inserção nas rubricas orçamentais. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

----- No uso da palavra o vereador António Gomes agradeceu o esclarecimento, aludindo constatar que o valor do orçamento apresentado poderia não ser exatamente esse, uma vez que se verificariam ainda situações no decurso do ano atual que poderiam ainda sofrer alterações. -----

-----A Dra. Maria de Jesus esclareceu que esse valor permaneceria, exemplificando com o facto de numa rubrica que apresentasse trinta mil euros no dia dois de janeiro de 2016, e verificando-se a existência de uma dívida ou compromisso no valor de dez mil euros, será como se em 2017 ficassem apenas vinte mil euros disponíveis para novos compromissos. -----

-----O vereador António Gomes referiu que, quanto à anterior questão estaria esclarecido, afirmando contudo que pretendia tecer mais algumas considerações: iniciou com uma questão de pormenor relativa a alguns lapsos que se encontrariam no documento como seria o caso da proposta, que no nº1 do artigo 16º se verificava: “O montante máximo de fundo de maneo a atribuir, durante o ano de 2016...” que seria certamente o ano de 2017; bem como no nº4: “...ao último dia útil do mês de dezembro de 2015...”, que entendia ser do ano 2017. Continuou aludindo que o orçamento atingia um valor de vinte e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros, relativamente à proposta do ano em curso, verificava um acréscimo significativo de 13,5%, alegando que existiria naturalmente justificação e fundamentação para que tal acontecesse, expondo que a sua dúvida começaria desde logo porque no capítulo das “Receitas” verificava a existência de uma rubrica residual “Outras receitas de capital” que teria um acréscimo de um milhão, quinhentos e cinquenta mil euros relativamente ao orçamento do ano anterior, verificando que este ano, esta mesma rubrica contemplava um capital de aproximadamente três milhões, trezentos e setenta e oito mil euros, solicitando explicação para esse valor, e também o que é que entrava nessa mesma rubrica. Mais aludiu que relativamente a impostos diretos verificava um crescimento de duzentos e noventa mil euros, valor esse que se deveria essencialmente ao *IMT* que quase duplicava o valor, solicitando também algum esclarecimento para a causa de variação tão significativa neste imposto. Quanto a despesas, salientou que os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

vereadores do Partido Socialista notaram desde logo uma ligeira descida percentual do valor das "Despesas correntes", mas face ao crescimento do volume financeiro do Orçamento constatariam que em valor absoluto as "despesas correntes" subiam um milhão e cem mil euros; ainda relativamente a despesas, o vereador referiu uma duplicação da verba relativamente ao ano anterior na rubrica "Estudos, pareceres, projetos e consultadoria", valor que lhes parecia exagerado, para as "Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais" a verba orçamentada apresentava-se superior em cerca de cento e cinquenta e cinco mil euros face ao que foi orçamentado no ano anterior; para *IPSS's* verificou uma redução de cinquenta e cinco mil euros, concretamente para cada uma das Empresas Municipais, sendo de cento e vinte e cinco mil euros para a Herdade da Contenda, duzentos e cinquenta mil euros para a Lógica, duzentos e oitenta e cinco mil para a Comoiprel, acrescentando que no caso do orçamento da Empresa Municipal Contenda verificava a existência de duas verbas relativas a contratos programa, sendo uma para "Administração" no valor de cento e quinze mil euros e uma outra para o "Turismo" no valor de trinta e cinco mil euros, somando ambas cento e cinquenta mil euros e a nível do Orçamento e *GOP's* o vereador teria encontrado apenas cento e vinte e cinco mil euros registando um diferencial de vinte e cinco mil euros pelo que solicitava explicação para este existir. Continuando a sua análise, o vereador referiu constatar também que o *PDM* continuava em revisão aludindo ser um processo que nunca mais teria fim, e de acordo com o Orçamento tal traduzir-se-ia em mais noventa e dois mil e seiscentos euros que seriam gastos em 2017. Acrescentou, verificar mais uma verba de sessenta mil euros destinados à cobertura do Convento do Carmo, verba que já teria sido apresentada no ano anterior, verificou ainda os cerca de cento e trinta mil euros para a Ribeira da Perna Seca ressaltando que a obra poderia ter ficado pronta durante o presente ano, mas tal não se viria a verificar, aludiu ainda a uma verba de vinte e cinco mil euros para a alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial que gostaria de ver esclarecida; assinalou ter verificado a existência de mais vinte e sete mil euros para obras



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de beneficiação do Cine-Teatro Caridade questionando concretamente qual o destino desta verba; para terminar mencionou o Pátio dos Rolins, com uma verba de cento e vinte mil euros, obra que referiu supor estar concluída antes do final deste ano. -----

-----O Presidente principiou por agradecer a correção feita pelo vereador aos lapsos detetados nos artigos da proposta que seriam corrigidos, relativamente ao “Capítulo das Receitas” este estaria sobretudo relacionado com a expectativa das mesmas que existem em relação às candidaturas feitas ao “*Portugal 2020*” e que atingiriam neste momento um valor substancial superior a dois milhões de euros, realçando que quando findar o ano serão mais de seis milhões de euros de candidaturas relativas a projetos a lançar no futuro e que se converterão em obra à medida que a autarquia tiver o financiamento. Relativamente aos “Impostos Diretos”, nomeadamente o *IMT*, o Presidente salientou que um Orçamento era um documento de previsão, ressaltando que haveria certas situações que não dependiam exclusivamente da Câmara Municipal, lembrando que há dois anos atrás a autarquia teria tido uma verba cortada no orçamento e na receita no valor de meio milhão de euros, nunca se tendo concluído a que tal se deveu, porque o Ministério das Finanças teria resolvido isentar uma empresa do valor do *IMT* no valor de quinhentos mil euros, valor esse que seria receita da Câmara Municipal, não tendo qualquer legitimidade para o fazer, pelo que aquilo que se explana no documento em análise tem a ver com as previsões de receita. Mais informou que quanto às Empresas Municipais, tudo o que se apresenta plasmado no orçamento refletia os contratos programa assinados, bem como o que estava em vigor. Relativamente ao valor dos vinte e cinco mil euros o Presidente aludiu desconhecer, pelo que passaria posteriormente a palavra à Dra. Maria de Jesus para que esta esclarecesse esse ponto, em relação a questões concretas como o Plano Diretor Municipal o Presidente esclareceu que este não seria um processo sem fim, contudo, teria parado porque a empresa teria descontinuado a atividade em Portugal tendo de se retomar o processo numa fase final pelo que informava que este estaria terminado até final de 2017;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

quanto à cobertura do Convento do Carmo, tal obra só não teria sido concretizada por manifesta indisponibilidade e porque outras prioridades se haviam colocado, estando essa verba sempre prevista e destinada a uma reposição de cobertura; questões como a da Ribeira da Perna Seca, o Cineteatro e o Pátio dos Rolins, dependerão da faturação e daquilo que a autarquia consiga concretizar até ao final do ano. Mais esclareceu que a obra do Pátio dos Rolins se encontrará concluída no dia 31, seguir-se-á uma vistoria e caso se constate que a obra não se encontra em condições de ser recebida, a autarquia terá de avançar para uma rescisão, posteriormente para um processo autónomo a fim de concretizar a mesma, daí que, por uma questão de prudência, se considerar esse valor; o mesmo se passará em relação à Ribeira da Perna Seca, obra que estaria neste momento a ser tramitada, prevendo-se para breve o seu término, o que levará a que a Câmara pague até ao final do ano sendo essa verba descabimentada, ou, não estando a obra concluída, transitar para o ano de 2017; quanto ao Plano de Pormenor da Zona Industrial este tratar-se-á de uma questão de cartografia, uma vez que a autarquia se encontrava obrigada a fazer uma atualização permanente de informação cartográfica, o que a Câmara pretenderá com o acerto registral e cadastral da Zona Industrial UP1, reconfigurando esta bem como todos os índices, apresentam-se como questões de pormenor mas que se regem pela lei e pelas normas a que uma autarquia estará obrigada a cumprir; relativamente ao Cine-Teatro informou que neste momento existem obras em curso ao nível de melhoramentos de acessibilidade e, aproveitando estas, introduzir outros melhoramentos necessários. O Presidente clarificou ainda que, face a estas questões de obra se poderiam encontrar muitos mais exemplos dentro do orçamento que a Câmara Municipal não conseguiria em rigor orçamentar.-----

-----O vereador António Gomes agradeceu as explicações dadas referindo contudo a existência de uma questão que não compreendia referente a "Outras receitas de capital", tendo o Presidente justificado o acréscimo de receitas com vários projetos em curso ou candidatados a entrar em curso no próximo ano, contudo o vereador aludiu que não se referia a essas verbas que se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

encontrariam na rubrica "Transferências de capital" que somaria três milhões oitocentos e quarenta e nove mil euros, referindo-se sim a uma outra rubrica residual, cujo valor apresentado será de três milhões trezentos e setenta e oito mil euros que na sua análise teria duplicado face ao orçamento do ano anterior, pelo que pretendia saber quais as sub rubricas de "Outras receitas de capital". -----

-----O Presidente passou a palavra à Dra. Maria de Jesus, que clarificou que a rubrica teve por base uma pré contratualização da Câmara no âmbito do *Portugal 2020* e no âmbito do *PEDU*, em que esta apresenta um conjunto de intervenções que ascende em quatro milhões, cento e sessenta e oito mil euros, o que em termos de 85% de financiamento dará cerca de três milhões, quinhentos e quarenta e dois e oitocentos mil euros, nas *ITI* a autarquia no conjunto de intervenções pré contratualizadas somará dois milhões, setecentos e setenta e nove mil euros, cujos 85% corresponderiam a dois milhões, trezentos e sessenta e dois, duzentos e vinte e um euros, sendo estes dois grandes blocos que têm o conjunto das intervenções, a soma do cofinanciamento dos já referidos 85% perfazia o total de cinco milhões, novecentos e cinco mil euros, referindo que a autarquia terá a consciência de que em apenas um ano não será possível executar tudo, tendo o valor em causa sido calculado nessa base. Mais acrescentou que em resultado das reuniões com os técnicos da *CCDR* e *CIMBAAL* ainda estará tudo muito em aberto, desconhecendo a autarquia se no próximo ano existiria o mecanismo facilitador de tesouraria criado para simplificar as autarquias, o chamado "*TOP UP*", em que seria disponibilizada mais uma percentagem por cada candidatura aprovada, podendo as Câmara proceder com mais facilidade aos pedidos de pagamentos e posteriormente aos pedidos de reembolso. -----

-----O vereador António Gomes aludiu que julgava que a matéria explanada pela Dra. Maria de Jesus constaria do "Capítulo Económico 10", onde veria mencionado o *PEDU*, o *ITI* e os restantes, referindo-se à verba de três milhões, trezentos e setenta e oito mil euros que se encontrava no "Capítulo Económico 13", acreditando que este nada teria a ver com os programas e os projetos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

indicados anteriormente. Questionou se no “Capítulo Económico 13” as verbas também seriam provenientes dos mesmos projetos, tendo a referida técnica respondido afirmativamente, acrescentando que a diferença residia no facto de nesse capítulo estar concretizado aquilo que à partida já incluía os procedimentos despoletados ou com início ainda no ano em curso, bem como as candidaturas aprovadas, no entanto frisou, a autarquia todos os meses submetia candidaturas, ou seja, tudo o que se encontrava candidatado, aprovado ou com procedimento concursal a decorrer estaria discriminado de forma mais “real”.-----

-----Para concluir o vereador António Gomes referiu que sendo assim entendia que a verba no valor de três milhões, trezentos e setenta e oito mil euros seria uma verba prevista, mais prudencial, uma expectativa de ter mais projetos aprovados.-----

-----Entretanto pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para chamar a atenção face a uma matéria, sendo conhecida a sua opinião sobre a Herdade da Contenda, contudo, em termos de sentido de responsabilidade sentia existirem situações que não poderia deixar de expressar a sua preocupação referindo concretamente o Plano de Atividades da Contenda no qual verificou a existência de um aspeto na alínea i) do ponto 3.2. “Silvicultura”, relacionado com a possibilidade de se vir a proceder à prática de extração de resina na Contenda. O vereador demonstrou enorme preocupação face à eventualidade desta atividade se vir a concretizar aludindo incompetência por desconhecimento ou ignorância, arrolada de um enorme atrevimento, uma vez que a pretensão de resinar na Herdade da Contenda seria inequivocamente, assumindo em termos de responsabilidade técnica a sua intervenção, acabar com o pinhal da Contenda, o mesmo estava, segundo o vereador, inserido em termos climáticos numa região de uma zona semidesértica, sendo salutar lembrar a finalidade com que este ali fora plantado, bem como as razões porque ainda hoje ali se mantém. Mais aludiu que nunca se havia resinado na Contenda, uma vez que atualmente a resinagem seria uma prática obsoleta e o interesse económico na resina teria





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

deixado de existir, dado que se encontrariam no mercado produtos mais baratos que substituíam esta enquanto aditivo de muitos produtos, propondo ao Presidente da Câmara que este não permitisse de forma alguma que esta ação se realizasse, frisando que caso esta situação viesse a ter lugar seria cometido um grave erro atingindo, sem qualquer exagero, um crime ambiental uma vez que o pinhal da Contenda “morreria” num breve espaço de tempo. -----

-----O vereador António Gomes pediu a palavra a fim de clarificar uma questão por si colocada que não teria visto esclarecida, relativamente ao Contrato Programa da Contenda, verificara que no orçamento entregue, o mesmo somava um valor de cento e vinte e cinco mil euros, aparecendo no orçamento da Contenda um valor de cento e quinze mil euros para “administração” e mais trinta e cinco mil euros para “turismo”, valor que somado ofereceria cento e cinquenta mil euros, questionando se havia alguma explicação para tal. -----

-----A Dra. Maria de Jesus esclareceu que no documento GOP só se encontrava o Contrato Programa, quanto às outras verbas referidas pelo vereador as mesmas encontrar-se-iam no Plano de Atividades, referindo que essa verba seria relativa a projetos, o vereador Francisco Canudo Sena interveio para esclarecer que a dúvida residia no ponto 5 - “Turismo” do Plano de Atividades e Orçamento da Contenda, em que se encontravam três rubricas, “Aluguer de instalações”; “Outras” e “Contrato de programa” este último com um valor de trinta e cinco mil euros, no “Capítulo 7” - “Administração” voltava a aparecer novamente o contrato de programa com uma verba de cento e quinze mil euros, pelo que a questão seria se este valor era somado e qual o motivo desta discrepância. A Dra. Maria de Jesus aludiu que o contrato programa aprovado tinha o valor de cento e cinquenta mil euros, o previsto era, tendo em conta as tranches que poderão ser pagas até ao final do ano, sendo obrigatório que os Planos de Atividades das Empresas Municipais e Comoiprel sejam apresentados. -----

-----O Presidente interveio para esclarecer que do ponto de vista da aprovação das GOP e Orçamento o que se apresentava válido era o que se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

apresentava nestes, independentemente das expectativas dos Planos de Atividades de cada uma das entidades, que teriam de corrigir essas expectativas em função daquilo que a Câmara Municipal aprovar. Relativamente à questão colocada pelo vereador Francisco Canudo Sena acerca da resinagem e das questões ambientais o Presidente referiu que estas seriam transmitidas exatamente como o vereador as tinha expressado ao Administrador delegado. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena reafirmou, uma vez mais, que se disponibilizaria para, tecnicamente cooperar no esclarecimento da questão da resinagem. -----

-----**DELIBERADO, POR MAIORIA COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2017 E SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017**-----

-----**DOC.022516**-----

-----Foi presente para apreciação o documento referido em epígrafe. -----

-----Acerca do assunto supramencionado a vereadora Fátima Ourives pediu a palavra para tentar perceber alguns aspetos relacionados com o mapa do quadro de pessoal começando por questionar se, nos vinte e seis novos postos de trabalho estariam incluídos os dezanove lugares referidos no Mapa de Pessoal do ano anterior sendo a estes acrescidos mais sete lugares.-----

-----O Presidente passou a palavra à vereadora Maria do Céu Rato que começou por esclarecer que os postos de trabalho relativos ao Mapa de Pessoal de 2016 que não haviam sido ocupados, destes se teriam retirado oito lugares e criado, para este novo mapa, nove postos de trabalho. Acrescentou que tinha sido retirado um lugar para os Mercados e Feiras, três Administrativos, um lugar para o Armazém, um lugar para o serviço de Cargas e Descargas, um para Motorista de Pesados e um lugar de Coordenação, tendo a autarquia apostado desta vez, numa área iminentemente operacional com a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

criação de um lugar para Vias Municipais, um para o Serviço de Águas e Saneamento, três lugares para a Higiene e Limpeza, um Eletricista, um lugar para Jardinagem, um para Serviços Gerais e um lugar para o serviço de Cemitério.-----

-----A vereadora Fátima Ourives concluiu desta forma que teriam sido alteradas as posições, referindo que no Mapa de 2016 o total de lugares ocupados por tempo indeterminado seria de trezentos e trinta e seis e para o ano de 2017 esse total seria de trezentos e trinta, daí a dúvida que se lhe suscitara face a esses seis postos de trabalho, que contudo agora via esclarecida.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017 E SUBMETTER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL**-----

-----**DOC.032516**

-----Foi presente para conhecimento o documento referido em epígrafe.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO.**-----

-----**VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte e duas horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 28 de outubro de 2016

PRESIDENTE:

SECRETÁRIO: